

Relatório da Audiência n.º 35 - COF- XV

Dia: 9 de novembro de 2023

ENTIDADE: *APG/GNR - Associação dos Profissionais da Guarda*

César Nogueira (Presidente da Direcção nacional)

Eládio de Pinho Rodrigues (Coordenador da Região de Lisboa)

Rui Sousa (Coordenador da Região Centro)

ASSUNTO: Audiência da Audiência da APG/GNR - Associação dos Profissionais da Guarda, no âmbito da apreciação, na especialidade da Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2024.

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Ana Bernardo (PS)
- Diogo Cunha (PS)
- Hugo Carneiro (PSD)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Hugo Carneiro, iniciou os trabalhos saudando os representantes da APG/GNR e descrevendo sucintamente os termos da audiência, dando de seguida a palavra ao Senhor César Nogueira, Presidente da Direcção nacional, para uma intervenção inicial.

Na sua intervenção inicial, o Senhor Secretário-Geral da APG/GNR Que a Lei do Orçamento de Estado para 2024 não responde às necessidades, reivindicações e aspirações daqueles que representa, mais dizendo que embora o Senhor Ministro da Administração Interna alegue que há um investimento efetivo nas forças de segurança em geral e na GNR em particular, tal não corresponde à verdade. Referiu que a APG/GNR não foi consultada em nenhum momento para se pronunciar sobre o

impacto que aquela lei tem nas carreiras dos profissionais da Guarda, embora tenha solicitado reuniões, dizendo que sendo a APG/GNR uma associação profissional, cujos representados não detêm o direito de associação sindical, não têm direito à negociação, o que entende ser discriminatório. Sobre o conteúdo da proposta de lei, referiu, entre outros temas, que o relatório refere o rejuvenescimento da GNR, o que colide com o artigo 30.º da proposta de lei que tem a intenção de manter em funções quem tem já uma longa carreira, solicitando a supressão da norma. Referiu ainda que o aumento do investimento em equipamentos e infraestruturas proclamado, é insuficiente. Sobre a valorização dos vencimentos com um aumento previsto de 3% e um mínimo de 52,63 € disse que muitas das afirmações do Ministro a respeito dos vencimentos se baseia em malabarismos aritméticos.

Na ronda de questões que se seguiu, usaram da palavra os Senhores Deputados Diogo Cunha (PS), Cristina Ferreira (PSD) e Pedro Pinto (CH), tendo o Senhor Presidente da Direcção nacional da APG/GNR respondido conjuntamente às questões colocadas.

Finda a discussão, o Senhor Vice-Presidente agradeceu a disponibilidade dos representantes da APG/GNR, dando por concluída a audiência.

A audiência foi gravada em suporte áudio, o qual constitui parte integrante desta síntese, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação e outra documentação associada à audiência pode ser consultada na [página internet da audiência](#).

Palácio de São Bento, 9 de novembro de 2022